

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES ORDINÁRIAS DA MC TRUST S.A.**

Pelo presente Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures conversíveis em ações ordinárias (a "Escritura"), comparece como Emissora a **MC TRUST S.A.**, com sede na Rua Ceci nº 264, Cidade de Rio Bonito, RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 03.751.496/0001-23, (a "Emissora"), neste ato representada na forma de seu estatuto social em vigor na data desta Emissão (o "Estatuto Social"), e como Agente Fiduciário, nomeado nesta Escritura, representando a comunhão de Debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente Emissão, **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** (o "Agente Fiduciário"), instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas nº 3.333 – Salas 307-309, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social.

**1. DA AUTORIZAÇÃO E DOS REQUISITOS:**

- 1.1. **Autorização:** A presente Escritura é celebrada com base na autorização constante nas Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 28 de junho e 18 de setembro de 2000.
- 1.2. **Arquivo:** As Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a presente Emissão serão levadas a arquivo e registro na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA").
- 1.3. **Registro:** A presente Escritura será registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Bonito.

**2. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO:**

- 2.1. **Objeto Social da Emissora:** A Emissora tem por objeto a comercialização de dados sísmicos não exclusivos tridimensionais marítimos e funcionará como Empresa de Aquisição de Dados conforme definição da regulamentação da Agência Nacional de Petróleo.
- 2.2. **Destinação dos Recursos:** Os recursos auferidos com esta Emissão deverão ser aplicados, pela Emissora, no pagamento de parte do preço de aquisição de direitos de comercialização de dados sísmicos cedidos pela PGS Investigação Petrolífera Ltda., com filial na Rua Ceci nº 264, Cidade de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ sob o nº 00.877.954/0002-68 (a "PGS"), de acordo com as disposições de pagamento contidas no Contrato de Comercialização.
- 2.3. **Número da Emissão:** A presente Escritura constitui a Primeira Emissão da Emissora.
- 2.4. **Registro da Negociação:** As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND - Sistema Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP"), devendo a Emissora tomar todas as medidas cabíveis, objetivando o registro das Debêntures junto ao SND.
- 2.5. **Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT – Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30 de setembro de 1980, atendidos preferencialmente os clientes do Coordenador, e, a seguir, a ordem cronológica, não existindo reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos.
- 2.6. **Certificado:** Não haverá emissão de certificados.
- 2.7. **Resgate:** À Emissora é facultado adquirir as Debêntures de sua emissão, desde que por valor igual ou inferior ao valor nominal, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras.

**3. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES:**

- 3.1. **Forma:** As Debêntures serão escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, e conversíveis em ações ordinárias da Emissora. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo registro na conta de depósito, aberta em nome do Debenturista nos livros do Agente Escriturador.
- 3.2. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie subordinada a todas as demais obrigações da Emissora e somente preferirão aos créditos dos acionistas da Emissora.
- 3.3. **Data de Emissão:** Para todos os efeitos, a data de emissão das Debêntures será 1º de julho de 2000 (a "Data de Emissão").
- 3.4. **Quantidade de títulos:** Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) Debêntures (as "Debêntures").
- 3.5. **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).
- 3.6. **Valor Total da Emissão:** O valor total desta emissão (a "Emissão"), na Data de Emissão, é de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- 3.7. **Séries:** A Emissão será realizada em uma única série.
- 3.8. **Vencimento Final:** As Debêntures vencerão em 1º de julho de 2013 (o "Vencimento Final"), ocasião em que a Emissora procederá à Conversão das Debêntures e à entrega das ações respectivas aos debenturistas, na forma do item 5.1.1.
- 3.9. **Vencimento Antecipado:** As Debêntures terão vencimento antecipado após os 30 (trinta) primeiros meses subsequentes à Data de Emissão em caso de rescisão do Contrato de Licença de Direitos de Comercialização de Dados Sísmicos e Outras Avenças (o "Contrato de Comercialização") celebrado entre a Emissora e a PGS em 18 de julho de 2000 ou na data em que o vencimento antecipado for declarado na forma do item 11.4 abaixo (o "Vencimento Antecipado"), ocasião em que a Emissora procederá à distribuição de todos os valores de Participação no Resultado ainda disponíveis, à Conversão das Debêntures e à entrega das ações respectivas aos Debenturistas, na forma do item 5.1.1.



#### 4. DA DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADO:

- 4.1. A Emissora procederá à distribuição da Participação no Resultado apurada na forma deste item 4 (a "Distribuição de Resultado"), paga a título de Amortização e de Participação no Resultado das Debêntures, de acordo com a fórmula abaixo:

$$PR = \frac{(RD \times \text{FatC}) - PR_{\text{PGS}}}{ND}$$

Onde,

PR = Valor da participação no resultado por Debênture, aplicado somente se PR for um valor positivo.

RD = Resultado a Distribuir é (i) o total dos valores líquidos efetivamente recebidos pela Emissora, por conta da comercialização dos Dados Sismicos acrescido de eventuais receitas financeiras e garantias efetivamente recebidas pela Emissora, subtraído (ii) dos Custos da Emissora, dos Custos Estimados da Emissora e dos Tributos. Custos da Emissora significa todo e qualquer custo ou despesa corrente da Emissora que tenha efetiva repercussão financeira, ou seja, que provoque desembolso de caixa, incluindo os encargos de qualquer natureza incidentes sobre tais custos e despesas correntes. Não estão incluídos nos Custos da Emissora os encargos não-financeiros como depreciação, exaustão e amortização. Estão incluídos nos Custos da Emissora (i) o principal, juros e encargos de qualquer natureza dos empréstimos obtidos pela Emissora para cobrir os Custos da Emissora devidos e para cujo pagamento tempestivo a Emissora não disponha de recursos suficientes e (ii) as comissões, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas e encargos referentes a emissões de valores mobiliários realizadas pela Emissora. Custos Estimados da Emissora significa a estimativa de Custos da Emissora a serem incorridos nos 2 (dois) anos subsequentes à data em que tal estimativa for efetuada. Tributos são todos os tributos e contribuições sociais de qualquer natureza, devidos pela Emissora, que sejam ou que venham a ser incidentes sobre a cessão e comercialização dos Dados Sismicos, tal como definidos no Contrato de Comercialização, exceto o imposto sobre a renda das Partes, incluindo o PIS – Programa de Integração Social; a COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, o ISS – Imposto sobre Serviços e a CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, ainda que tal tributo ou contribuição social esteja pendente em razão de controvérsias sobre a correção ou exatidão de seu lançamento ou cobrança.

FatC = Fator de capitalização das Debêntures, definido como  $\frac{VnD}{(VnD + K)}$ , onde VnD é o Valor Total da Emissão das Debêntures e K é o capital social da Emissora na Data de Emissão.

PR<sub>PGS</sub> = Pagamento à PGS é o valor devido à PGS no período a que se refere o Resultado a Distribuir sob o Contrato de Comercialização, em contrapartida à cessão dos direitos de comercialização dos Dados Sismicos.

ND = É o número de Debêntures em circulação.

- 4.2. Serão pagos, a título de amortização (a "Amortização"), os valores distribuídos aos Debenturistas de acordo com a fórmula contida no item 4.1, até que o saldo não amortizado das Debêntures atinja o limite de 1% (hum por cento) do Valor Nominal atualizado das Debêntures. A partir de então, os valores distribuídos aos Debenturistas serão pagos a título de participação nos resultados (a "Participação no Resultado").
- 4.3. Os valores devidos, a título de Amortização e Participação no Resultado, serão pagos até o 10º (décimo) dia útil do subsequente à data de recebimento dos pagamentos dos usuários finais (as "Datas de Pagamento").

#### 5. DA CONVERSÃO EM AÇÕES ORDINÁRIAS:

- 5.1. As Debêntures serão conversíveis em ações ordinárias de emissão da Emissora na Data de Conversão, que será (i) no Vencimento Final ou (ii) no Vencimento Antecipado.

5.1.1. Ao subscreverem as Debêntures, os Debenturistas (por si e por seus respectivos cessionários) outorgam à Emissora poderes irrevogáveis, na forma do art. 1.317 do Código Civil, para proceder à conversão das Debêntures na data do respectivo Vencimento Final e/ou Vencimento Antecipado, em nome e por conta dos próprios Debenturistas, ficando assim autorizada irrevogavelmente, a Emissora, a proceder à liquidação das Debêntures pela entrega de ações do seu capital em número correspondente àquele em que as Debêntures vierem a ser convertidas, na forma desta Escritura, obtendo a Emissora plena, irrevogável e geral quitação das obrigações constantes desta Escritura contra a citada entrega de ações.

- 5.2. As Debêntures serão conversíveis à razão de 1.000 (hum mil) ações ordinárias por Debênture.

- 5.3. A quantidade de ações em que as Debêntures serão conversíveis será ajustada sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações, a qualquer título, que vierem a ocorrer a partir da Data de Emissão, sem qualquer ônus para os Debenturistas e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

#### 6. DAS AÇÕES ORDINÁRIAS:

- 6.1. As ações ordinárias de emissão da Emissora em que as Debêntures serão convertidas na forma desta Escritura, terão as características e vantagens que lhes são asseguradas na lei e no Estatuto Social da Emissora.
- 6.2. Cada ação ordinária dará a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais da Emissora.
- 6.3. As ações resultantes da conversão farão jus a dividendos integrais deliberados após a respectiva Data de Conversão.



**7. DA ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL:**

- 7.1. As Debêntures terão seu Valor Nominal atualizado monetariamente, a cada ano, desde a data de subscrição, de acordo com a variação do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado (“IGP-M”), apurado e divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas.
- 7.2. No caso de extinção do IGP-M ou pela superveniência de normas legais ou regulamentares, este não puder ser utilizado como índice de reajuste nas emissões de Debêntures, ou ainda, caso se alterem os critérios de sua aplicabilidade nas aludidas emissões, os novos índices de reajuste monetário ou aludidas alterações nos critérios do IGP-M serão desde logo automaticamente aplicáveis.

**8. DA SUBSCRIÇÃO:**

- 8.1. **Prazo de Subscrição:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de 20 (vinte) dias a contar da data do deferimento do registro de distribuição pública pela CVM.
- 8.2. **Preço de Subscrição:** As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal, sem atualização.
- 8.3. **Integralização:** A integralização de todas as Debêntures será feita à vista, em uma mesma data, no ato da subscrição.
- 8.4. **Forma de Pagamento:** As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional.
- 8.5. **Devolução:** Se a colocação das Debêntures não representar recursos suficientes para pagamento de parte do preço de aquisição de direitos de comercialização de dados sísmicos cedidos pela PGS de acordo com as disposições de pagamento contidas no Contrato de Comercialização, as Debêntures efetivamente integralizadas serão canceladas e as quantias integralizadas serão devolvidas pelo Valor Nominal Unitário em até 2 (dois) dias úteis da data de integralização.

**9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 9.1. **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP; ou, conforme o caso, (ii) pela instituição financeira contratada para este fim.
- 9.2. **Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogadas as Datas de Pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro - RJ, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional.
- 9.3. **Encargos Moratórios:** Havendo Amortização ou Participação no Resultado a ser distribuída e ocorrendo impontualidade no pagamento destas quantias, os débitos vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos à multa não compensatória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (hum por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso devidamente atualizados desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial.
- 9.4. **Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** Sem prejuízo ao disposto no item precedente, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas Datas de Pagamento ou em datas que forem posteriormente comunicadas em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Amortização ou Participação no Resultado e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

**10. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA:****10.1. A Emissora está obrigada a fornecer ao Agente Fiduciário:**

- 10.1.1. dentro de no máximo 60 (sessenta) dias após o término do primeiro semestre social após a Data de Emissão, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- 10.1.2. dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora;
- 10.1.3. nos prazos previstos na Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, cópia das informações periódicas e eventuais por ela exigidas;
- 10.1.4. com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais, bem como a data e ordem do dia da assembleia a realizar, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- 10.1.5. imediatamente, qualquer informação relevante para a presente Emissão de Debêntures que lhe venha a ser solicitada;
- 10.1.6. imediatamente após o seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora; e
- 10.1.7. em até 5 (cinco) dias contados da respectiva data de vencimento de cada obrigação, comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

**10.2. A Emissora está adicionalmente obrigada a:**

- 10.2.1. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;



- 10.2.2. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
  - 10.2.3. convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer matéria que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
  - 10.2.4. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas;
  - 10.2.5. submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
  - 10.2.6. manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitadas;
  - 10.2.7. manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
  - 10.2.8. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
  - 10.2.9. notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora; e
  - 10.2.10. não pagar dividendos, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76, nem qualquer outra participação nos lucros estatutariamente prevista, se estiver em mora, relativamente ao pagamento de quaisquer valores devidos aos Debenturistas, relativos às Debêntures objeto desta Escritura, cessando tal proibição tão logo seja purgada a mora.
- 10.3. Em cada caso concreto, diante de circunstâncias relevantes, o Agente Fiduciário, poderá dispensar, total ou parcialmente, o cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula, pela Emissora.

#### 11. DO AGENTE FIDUCIÁRIO:

- 11.1. **Declarações:** O Agente Fiduciário dos Debenturistas declara neste ato: (a) aceitar a função que lhe foi concedida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na lei; (b) aceitar integralmente a presente Escritura em todas as suas cláusulas e condições, (c) não existir qualquer impedimento legal para o exercício das funções de Agente Fiduciário na presente Emissão de Debêntures,
- 11.2. **Substituição:** Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.
- 11.2.1. Na hipótese de não poder, o Agente Fiduciário, continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.
  - 11.2.2. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.
  - 11.2.3. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, devendo o mesmo ser averbado no Registro de Imóveis no qual será registrada a presente Escritura.
  - 11.2.4. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até à efetiva substituição.
  - 11.2.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.
  - 11.2.6. A substituição do Agente Fiduciário não implicará remuneração superior à avençada anteriormente à substituição.
- 11.3. **Deveres:** Além de outros previstos em lei, constituirão deveres do Agente Fiduciário:
- 11.3.1. Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
  - 11.3.2. Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
  - 11.3.3. Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
  - 11.3.4. Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
  - 11.3.5. Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
  - 11.3.6. Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
  - 11.3.7. Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;

- 11.3.8. Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- 11.3.9. Solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- 11.3.10. Examinar, quando puder ser exercido o direito à conversão de Debêntures em ações, a alteração do estatuto da Emissora que objetive mudar o objeto da Emissora, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações em que são conversíveis as Debêntures, cumprindo-lhe convocar a assembleia geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º do artigo 57 da Lei nº 6.404/76, a alteração proposta;
- 11.3.11. Convocar, para deliberar sobre a indicação dos membros dos órgãos da administração da Emissora que lhe caiba, nos termos do Estatuto Social da Emissora, ou quando necessário por outros motivos, a assembleia de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;
- 11.3.12. Comparecer à assembleia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- 11.3.13. Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b) da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) Amortização e pagamento de Participação nos Resultados das Debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) constituição e aplicações do fundo de amortização das Debêntures, quando for o caso; (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (viii) relação dos bens e valores entregues à sua administração; (ix) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento; e (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- 11.3.14. Colocar o relatório de que trata o item 11.3.13 acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no seu escritório ou, quando Instituição Financeira, no local por ela indicado; (iii) na CVM; (iv) nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e (v) na instituição que liderou a colocação das Debêntures.
- 11.3.15. Publicar, nos órgãos da Imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item 11.3.5 acima;
- 11.3.16. Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora;
- 11.3.17. Administrar os recursos da Emissão na ocorrência da hipótese prevista no § 2º do artigo 60 da Lei nº 6.404/76;
- 11.3.18. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- 11.3.19. Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) às Bolsas de Valores, quando for o caso; e (iii) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar.
- 11.4. **Atribuições Específicas:** O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora: (i) declarar observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e requerer a Conversão das Debêntures; e (ii) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas.
- 11.4.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas neste item 11.4 se, convocada a Assembleia dos Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando porém a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em circulação.
- 11.5. **Remuneração:** Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:
- a. R\$ 10.000,00 (dez mil reais) pagos em 2 (duas) parcelas de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo o 1º (primeiro) pagamento devido na data em que ocorrer a primeira distribuição, e o 2º (segundo) pagamento na mesma data do mês seguinte;
- b. Parcelas anuais de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), sendo o primeiro pagamento devido quando da obtenção do registro de emissão junto à CVM e os seguintes na mesma data dos anos posteriores;
- c. As parcelas citadas no item "b" supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão das Debêntures até as datas estipuladas para o pagamento, calculadas "pro rata dia", se necessário. Tal remuneração será devida mesmo após o Vencimento Final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d. Na hipótese de o IGP-M, em qualquer mês de referência, apresentar taxa de variação negativa, expressando uma deflação medida por esse índice de preços, considerar-se-á, como variação para o referido mês, a taxa de 0% (zero por cento) que, por definição, não virá a alterar a variação acumulada do IGP-M até o período imediatamente anterior ao cálculo a que se refere;

- e. Para cada Assembleia de Debenturistas ("AGD"), ou ainda, para cada reunião formal de debenturista ou com a Emissora ("Reunião"), será devido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) por cada AGD e/ou Reunião, acrescido do valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) por hora-homem de trabalho dedicado à preparação e implementação das decisões tomadas na AGD ou na Reunião, devidas até que sejam concluídas as formalidades legais ou administrativas, inclusive registrado o aditamento à Escritura de Emissão no Cartório de Registro de Imóveis, se for o caso.
- f. As parcelas referidas nas alíneas "a" e "b" serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Contribuição Social) e quaisquer outros tributos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- g. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida ao Agente Fiduciário em decorrência do estabelecido nesta Escritura, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida no item 10.3 desta Escritura;
- h. A remuneração tratada no presente item não inclui as despesas incorridas pelo Agente Fiduciário com publicações, transportes, alimentação, viagens e estadias, que somente serão reembolsadas, pela Emissora, mediante apresentação dos respectivos comprovantes (que sejam os aceitos pela legislação fiscal para dedução de despesas, exceto no caso de despesas miúdas, que poderão ser comprovadas por meio de recibos simples) e desde que sejam razoáveis e estritamente necessárias ao exercício das funções e ao cumprimento dos deveres do Agente Fiduciário.
- 11.5.1. **Despesas:** Todas as despesas com procedimentos legais inclusive, sem limitação, honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais ou administrativas que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e, nos casos de inadimplemento da Emissora, adiantadas pelos Debenturistas. As eventuais verbas de sucumbência serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, assim como a remuneração do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar dos Debenturistas os recursos necessários para o pagamento das verbas acima referidas.

## 12. DAS COMUNICAÇÕES:

- 12.1. **Endereçamento:** As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- 12.1.1. Se para a Emissora:

MC TRUST S.A.  
Rua Ceci nº 264  
CEP: 28800-000 - Rio Bonito, RJ  
Telefone: (21) 493-7003  
Fac-símile: (21) 493-4746

C/C: Oliveira Trust Servicer Ltda.  
Avenida das Américas nº 500, Bloco 13 – Gr. 205; Condomínio Downtown - Barra da Tijuca – CEP: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (21) 493-7003  
Fac-símile: (21) 493-4746

- 12.1.2. Se para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS  
Av. das Américas nº 3.333, salas 307 a 309  
CEP: 22631-003 Rio de Janeiro - RJ  
Telefone: (21) 325-5059  
Fac-símile: (21) 325-5969

- 12.1.3. Se para o Banco Mandatário e o Agente Escriturador:

BANCO ITAÚ S.A.  
Rua Boa Vista nº 185, 2º andar  
CEP: 01014-001 São Paulo - SP  
At. Superintendência de Ações e Debêntures  
Telefone: (11) 237-5539  
Fac-símile: (11) 237-5695

- 12.1.4. Se para a CETIP:

Av. República do Chile nº 230, 11º andar  
CEP: 20031-170 Rio de Janeiro, RJ  
Telefone: (21) 276-7474  
Fac-símile: (21) 276-7490

- 12.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio sob protocolo ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

- 12.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as partes pela Emissora.





## 13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

13.1. **Renúncia:** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos, decorrentes da presente Escritura.

13.2. **Foro:** Fica eleito o foro central da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura.

Estando certos e assim ajustados, firmam esta Escritura em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim, na presença de 02 (duas) testemunhas ao final identificadas.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 2000

16  
16/07/00

Arysthen Gonçalves Junior  
Notário e Registrador  
Mat. 0170041

J. do Monte França  
Jorge do Monte França  
Diretor

MC TRUST S.A.

Atila Noaldo Serejo Alves Silva  
Atila Noaldo Serejo Alves Silva  
Diretor

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

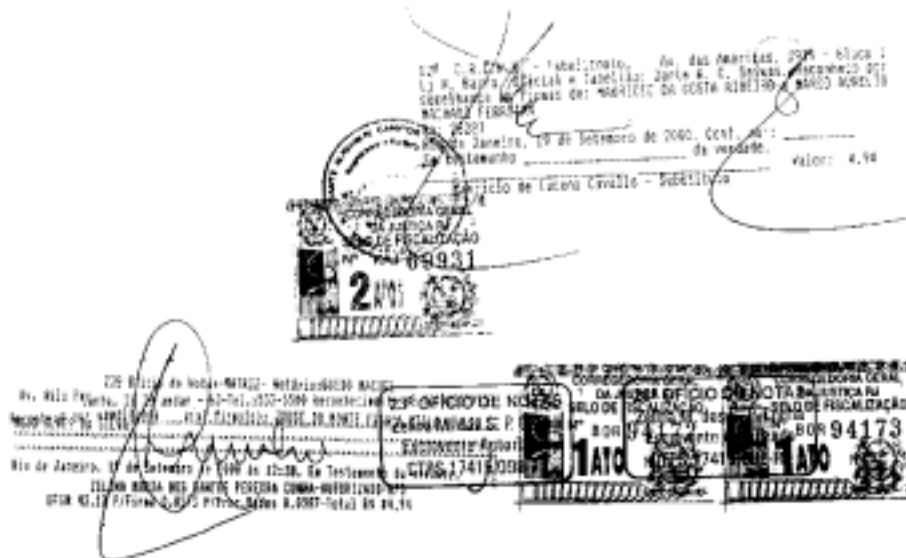
Maurício da Costa Ribeiro  
Maurício da Costa Ribeiro  
Diretor

Marco Aurélio Machado Ferreira  
Marco Aurélio Machado Ferreira  
Procurador

Testemunhas:

Nome: Marcelo Leitão da Silveira  
RG: 08.555.585-2

Nome: Isabela François Franklin Kenedi  
RG: 07.404.650-9



**CARTÓRIO DO SEGUNDO OFÍCIO  
REGISTRO DE IMÓVEIS**  
Rua Des. Sabulana de Oliveira, 400 - Rio Bonito - RJ  
ARISTHELI GUIMARÃES JÚNIOR  
REGISTRADOR  
Procedido no L.º PROTOCOLADO, 1.º, sob nº 17.220  
Rio Bonito, 29 de Setembro de 2000

*Selo nº BSK-7567 na  
frente do cartório.*

Aristheli Guimarães Junior  
Secretário Registrador  
RGT 61.541

**CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS - RJ**  
Rua Des. Sabulana de Oliveira, 400 - Rio Bonito - RJ  
ARISTHELI GUIMARÃES JÚNIOR  
REGISTRADOR  
Procedido no L.º PROTOCOLADO, 1.º, sob nº 17.220  
Rio Bonito, 29 de Setembro de 2000

Pres.: 17.220  
Reg.: 17.220  
N.º: 17.220  
Data: 29/09/00

*Proibida a reprodução  
deste documento sem a  
autorização da Pefran*

Rio Bonito, 29 de Setembro de 2000  
Aristheli Guimarães Junior  
Secretário Registrador

**SA. DOCUMENTOS**  
F.: 34/04  
N.: 393  
Data: 29/09/00